



**UNIVERSIDADE
E D U A R D O
M O N D L A N E**

Ecola de Comunicação e Artes

Departamento de comunicação

Licenciatura em Jornalismo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

**TEMA: REPRESENTATIVIDADE DE GÉNERO NAS ELEIÇÕES
LOCAIS: UM ESTUDO DE CASO NAS AUTARQUIAS DE
MAPUTO, MATOLA E BEIRA EM 2023**

Candidato: Carlos Sebastião Ngove

Supervisor: Mestre Adão Eugénio Matimbe

Maputo, Abril de 2024

Índice

Resumo:	3
ABSTRACT.....	4
Introdução.....	5
1.2.Objectivo Geral	5
1.3.Objectivos Específicos.....	5
1.4.Problema de pesquisa.....	6
2.Hipóteses	8
2.Metodologia.....	8
Aparição dos candidatos nas matérias publicadas nos jornais analisados.....	9
Destaque dos candidatos nas matérias publicadas nos jornais analisados.....	9
Fotografias dos candidatos	10
Justificativa.....	13
QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	14
2. Campanhas eleitorais.....	18
2.1 Votação	18
Representatividade de Género nas Eleições.....	19
Políticas de Equidade de Género na Autarcização	20
Papel dos Meios de Comunicação:	23
3.4 A “problemática” dos títulos em jornalismo.....	25
3,5 Media, campanhas eleitorais e partidos políticos: que relação?	26
CAPÍTULO III	28
1. Apresentação, análise e interpretação de dados	28
1.1. Quantidade de matérias publicadas.....	29
1. 2. Grau de destaque ou visibilidade das matérias	29
1. 3. O género das matérias	29
2. A cobertura dos candidatos.....	31
2.1. Aparição dos candidatos nas matérias publicadas nas capas dos jornais analisados	31
2.2. Posição das matérias na página do jornal	31
3.1. Valência das matérias.....	35
Considerações Finais.....	38

Referências Bibliográficas.....	39
Anexos.....	40

Resumo:

Esta monografia tem como objectivo analisar a representatividade de género nas eleições autárquicas de 2023, especificamente nos municípios de Maputo, Matola e Beira.

O estudo abordará a participação e a representação de mulheres e homens nos órgãos autárquicos, examinando factores que contribuem para as disparidades de género, observando como a sub-representação das mulheres, constituindo menos de 20% das listas em eleições autárquicas de 2023, influenciou e foi influenciada pela cobertura mediática em Maputo, Matola e Beira, especialmente no contexto das candidaturas de Eunice Andrade, Adamo Zuaria e Stela Pinto Novo Zeca.

O trabalho se propõe a oferecer insights críticos sobre o papel da igualdade de género na governança local e suas implicações para a democracia

Observa como hipóteses o papel significativo da media na formação da percepção pública sobre a representatividade de género, destacando as candidatas de maneira equitativa e informando de maneira justa sobre as suas propostas e qualificações; assim como a cobertura mediática das candidatas, especialmente de Eunice Andrade, Zuaria Adamo e Stela Pinto Novo Zeca, reflecte tendências de sub-representação, contribuindo para estereótipos de género e influenciando a imagem pública das candidatas. A pesquisa adoptou uma abordagem de métodos quantitativo e qualitativo para uma análise abrangente da representatividade de género nas eleições autárquicas de Maputo Matola e Beira, em 2023

Abstract

This monograph aims to analyse gender representation in the 2023 municipal elections, specifically in the municipalities of Maputo Matola and Beira.

The study will address the participation and representation of women and men in local bodies, examining factors that contribute to gender disparities, observing how the underrepresentation of women, constituting less than 20% of lists in 2023 local elections, influenced and was influenced by media coverage in Maputo, Matola and Beira, especially in the context of the candidacies of Eunice Andrade, Adamo Zuaria and Stela Pinto Novo Zeca.

The work aims to offer critical insights into the role of gender equality in local governance and its implications for democracy

It observes as hypotheses the significant role of the media in shaping public perception about gender representation, highlighting candidates in an equitable manner and informing fairly about their proposals and qualifications; as well as the media coverage of the candidates, especially Eunice Andrade, Zuaria Adamo and Stela Pinto Novo Zeca, reflects trends of underrepresentation, contributing to gender stereotypes and influencing the public image of the candidates. The research adopted an approach of quantitative and qualitative methods for a comprehensive analysis of gender representation in the municipal elections of Maputo and Beira, in 2023

Introdução

A Constituição de 1990 iniciou um processo de reforma do Estado e do sistema político que incluía, entre outros aspectos fundamentais, o estabelecimento de órgãos de representação democrática a nível provincial e local. Apesar das mulheres constituírem a maioria da população moçambicana, a sua representatividade a nível político continua fraca, não obstante ter aumentado significativamente ao longo dos anos desde 1994, devido a vários factores (seja cultural, social, económicas, a lealdade ao partido político entre as mulheres etc.) Por vezes pode ser por questões de conflito entre a agenda da igualdade do género e a agenda do partido político.

O principal objetivo deste estudo é de avaliar a representatividade de género nos processos eleitorais em Moçambique. Especificamente, procurando identificar e examinar os fatores que influenciam na disparidade entre os candidatos no processo das eleições autárquicas de 2023, embora Moçambique apresente uma legislação rica no que concerne à participação política assim como à promoção e garantia da igualdade de género nos diferentes processos da vida inclusive na política, ainda se verificam constrangimentos tanto no processo, assim como na promoção da igualdade de género no processo de participação política, pelos órgãos de comunicação.

1.2.Objectivo Geral:

Analisar a representatividade de género nas eleições autárquicas de 2023 nos municípios de Maputo e Beira, explorando como a cobertura mediática influencia e reflete a participação equitativa de mulheres e homens

1.3.Objectivos específicos:

1. Investigar como o Jornal *Evidências* retratou e destacou as candidatas e candidatos nas eleições autárquicas de 2023, avaliando se há viés de género na cobertura.
2. Verificar as narrativas e linguagem utilizadas pelo semanário *Evidências* ao reportar sobre candidatas e candidatos, identificando estereótipos de género e outros elementos que possam influenciar a percepção pública.

3. Examinar a visibilidade das mulheres em comparação com os homens no semanário *Evidências*
4. Avaliar o impacto da cobertura mediática na imagem pública de candidatas, considerando como isso pode afectar as suas chances de eleição.

1.4. Problema de pesquisa

A Constituição da República de Moçambique (CRM) estabelece no seu artigo 3 que a República de Moçambique é um Estado de Direito baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos homens e das mulheres. Com vista a assegurar a aplicabilidade deste princípio e a garantir a participação política do/as cidadã/os moçambicano/as, a CRM foi além e estabeleceu o sufrágio universal – direito ao voto (art.73).

Este direito coloca a participação política como processo operacional de governação reflectindo-se na legislação eleitoral que visa assegurar que os processos eleitorais ocorram de forma participativa, integrativa e democrática. No entanto, embora Moçambique apresente uma legislação rica no que concerne à participação política assim como à promoção e garantia da igualdade de género nos diferentes processos da vida inclusive na política, ainda se verificam constrangimentos tanto no processo, assim como na promoção da igualdade de género no processo de participação política, em especial.

A participação das mulheres na vida política, económica e social na sociedade apresenta-se como um caminho e uma das principais vias alternativas, para o alcance da inserção social e da diminuição das desigualdades económicas e sociais, no actual contexto internacional, em geral, e nacional, em particular.

A inclusão das mulheres nos espaços de tomada de decisão ou nas listas de candidaturas ainda é fraca, derivado dos desafios que ela enfrenta, desde as barreiras ao nível familiar, comunitário e institucional para aceder ao espaço político.

Segundo dados apresentados pela CNE, mais de 8,7 milhões de moçambicanos foram inscritos para votar nas sextas eleições autárquicas, sendo 2.8 milhões das províncias da Zambézia e de Nampula.

As sextas eleições autárquicas, de 11 de outubro de 2023, registaram 11.572 candidatos a membros de assembleias municipais, dos quais apenas 3.797 são mulheres em todas as 65 autarquias.

Em 2018, foi possível constatar que apenas seis mulheres conseguiram assumir os cargos de liderança dos conselhos autárquicos, num universo de 53 municípios. Um cenário inadmissível considerando que as mulheres representam a maior percentagem da população moçambicana.

Para as eleições de 2023, as mulheres representam menos de 20% das listas às autárquicas. Para o pleito, a Frelimo apresentou apenas uma cabeça de lista para a autarquia da Beira: Stela Pinto Novo Zeca, de 46 anos. A Nova Democracia apresenta duas candidatas: Eunice Soares, para a cidade de Maputo e Zuaia Adamo, para a cidade da Beira. A Frelimo apostou em Razaque Manhique.

O Jornal Evidências compulsou o Acórdão Conselho Constitucional N°48/CC/2023, de 23 de Novembro, que proclama os resultados eleitorais e constatou que dos 65 edis eleitos, apenas seis são mulheres, o que representa pouco mais de nove por cento dos Presidentes de Município em Moçambique.

Por outro lado, em termos de representativos da candidatura ao sufrágio passado, dos 22 partidos políticos que participaram, apenas 24 dos 255 candidatos a cabeça-de-lista eram mulheres, segundo um estudo de Análise às listas de candidatura para as Eleições Autárquicas numa Perspectiva do Género, feito pelo Instituto Para a Democracia Multipartidária (IMD), em Setembro de 2023.

A complexa interacção entre a sub-representação de mulheres nas eleições autárquicas e a forma como essa dinâmica é refletida, moldada e amplificada pela cobertura mediática permite formular a seguinte pergunta de partida:

"Como a sub-representação das mulheres, constituindo menos de 20% das listas em eleições autárquicas de 2023, influenciou e foi influenciada pela cobertura mediática em Maputo, Matola e Beira, especialmente no contexto das candidaturas de Eunice Andrade, Adamo Zuaria e Stela Pinto Novo Zeca?"

2.Hipóteses

H1: A cobertura mediática tem um papel significativo na formação da percepção pública sobre a representatividade de género, destacando as candidatas mulheres de maneira equitativa e informando de maneira justa sobre as suas propostas e qualificações.

H2: A cobertura mediática das candidatas, especialmente de Eunice Andrade, Zuaria Adamo e Stela Pinto Novo Zeca, reflecte tendências de sub-representação, contribuindo para estereótipos de género e influenciando a imagem pública das candidatas.

2.Metodologia

A pesquisa adoptou uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise abrangente da representatividade de género nas eleições autárquicas de Maputo e Beira, em 2023. A colecta de dados foi realizada por meio de análise documental e análise de conteúdo de cobertura mediática.

A colecta de dados quantitativos respeitou o levantamento de dados demográficos sobre candidatos e candidatas, com ênfase na representatividade de género nas listas eleitorais. Para a análise da participação eleitoral, recorreu-se a dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Foi igualmente adoptada a análise estatística para identificar correlações entre a presença de mulheres nas listas e resultados eleitorais e foram usados os dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE) para a análise da participação eleitoral.

Em "Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches" Neuman (2014) enfatiza a relevância de uma amostragem representativa para garantir a generalização dos resultados para a população maior. Para este estudo foram analisadas todas edições do semanário Evidências publicadas durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro, correspondentes a pre-campanha, campanha eleitoral, a realização das eleições e a publicação dos resultados. Foram estudados todos os géneros jornalísticos: os informativos para captar a perspectiva do Jornal Evidências e os opinativos com vista a encontrar estereótipos que podem influenciar na escolha das candidatas ou afectar a sua imagem.

A análise de conteúdo das notícias relacionadas às eleições autárquicas nos jornais em estudo visava examinar a representação de género na cobertura mediática.

A triangulação dos dados quantitativos e qualitativos permitiu uma compreensão mais robusta e holística dos padrões emergentes. A análise integrada serviu para identificar interconexões entre a sub-representação de mulheres, a cobertura mediática e a dinâmica política.

Definido o *corpus* do estudo a realizar, importa agora fornecer dados mais específicos da análise, propriamente dita, definidos como categorias de análise:

Aparição dos candidatos nas matérias publicadas nos jornais analisados

Esta categoria permite ter uma visão geral do volume da cobertura para cada candidato ao longo da campanha eleitoral, assim como a dimensão total que os mesmos textos ocupam no jornal.

- Número de vezes em que os candidatos aparecem como protagonistas: busca quantificar o número de vezes em que cada candidato concorrente presidencial é citado numa unidade de análise, que pode ser uma peça jornalística ou uma fotografia relacionada.
- Espaço dedicado aos candidatos nos jornais analisados: mostra o espaço total em centímetros quadrados ocupado pelas matérias sobre cada um dos candidatos durante a campanha eleitoral.

Destaque dos candidatos nas matérias publicadas nos jornais analisados

Esta categoria focaliza o protagonismo dado aos concorrentes, analisando-os através das seguintes variáveis:

- Género jornalístico das matérias: esta variável procura identificar o género jornalístico (opinativo ou informativo) predominante nos jornais analisados.
- Posição das matérias na página do jornal: esta variável nos permite verificar o destaque ou a visibilidade atribuída às matérias pelos jornais, uma vez que o espaço que uma matéria ocupa numa folha de jornal é essencial para sua notabilidade.
- Valência das matérias: permite classificar e qualificar cada uma das aparições dos candidatos em positiva, negativa ou neutra, procurando observar as possíveis tendências

de favorecimento ou desfavorecimento que os candidatos receberam durante o período em análise.

Positivas: promessas do candidato, dos partidos políticos ou grupos de cidadãos; auto-declaração ou declarações do autor da matéria ou de terceiros (pessoas ou entidades) favoráveis (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) ao candidato; reprodução de ataques do candidato a concorrentes; resultados de pesquisas ou comentários favoráveis.

Negativas: ressalvas, críticas ou ataques (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) do autor da matéria, de candidatos concorrentes ou de terceiros a algum candidato; resultados de pesquisas ou comentários desfavoráveis.

Neutras: são consideradas neutras as matérias sobre a agenda do candidato, matéria sobre ou citação de candidato sem avaliação moral, política ou pessoal do candidato, do autor da matéria ou de terceiros, inclusive de concorrentes.

Em caso de equivalência entre informações favoráveis e desfavoráveis a um determinado candidato, a matéria é considerada neutra. Tendo em vista os objectivos desta pesquisa, “é importante esclarecer que procuramos analisar a valência não como intenção ou viés do jornal, mas em função da saliência e destaque dados às notícias positivas e negativas produzidas pelos candidatos, espontânea ou propositalmente” (ALDÉ, MENDES E FIGUEIREDO, 2007, p. 158)

- Enquadramento das matérias: são classificados de acordo com a natureza da matéria em: corrida de cavalos (quando a notícia trata de pesquisas, análises das chances de cada candidato, possibilidades de resultados, etc.); personalista (quando a matéria faz um perfil ou conta uma trajetória ou dá enfoque às características pessoais do candidato); temático (quando temos tratamento substantivo de algum assunto ou debates a respeito de propostas apresentadas pelo candidato); e episódico (que trata dos factos, acontecimentos e agendas ou das ocorrências do dia-a-dia da campanha).

Fotografias dos candidatos

- Nesta categoria usa-se duas variáveis, nomeadamente: quantidade de fotografias publicadas por cada jornal e o espaço ocupado pelas mesmas.

Identificação dos Elementos Representativos: Ao analisar uma imagem, você pode identificar os elementos presentes nela, como objectos, pessoas, cenários, símbolos, cores, etc. Em seguida, pode-se examinar como esses elementos são representados e como contribuem para a mensagem geral transmitida pela imagem.

Interpretação dos Significados Implícitos: A teoria da representação descritiva também se preocupa com os significados implícitos transmitidos por meio da representação. Isso envolve a interpretação das associações culturais, simbólicas e emocionais dos elementos presentes na imagem. Por exemplo, certas cores, gestos ou objectos podem ter significados simbólicos específicos que contribuem para a mensagem global da imagem.

Análise do Contexto Cultural e Histórico: Ao analisar uma imagem, é importante considerar o contexto cultural e histórico em que foi produzida e recebida. Isso pode influenciar significativamente a interpretação da imagem e sua eficácia como meio de comunicação. Elementos culturais, referências históricas e eventos contemporâneos podem informar como a imagem é compreendida e recebida pelo público.

3. O jornal em estudo

3.1 Estatuto Editorial do Jornal Evidências

Jornal “Evidências” é um projecto jornalístico de informação generalista, que procura servir o interesse dos moçambicanos e dar voz a quem não a tem, através de edição de notícias em papel e noutras plataformas técnicas de acesso à informação.

Evidências representa ainda um projecto multimédia, com publicações diárias em língua portuguesa e inglesa.

Evidências encontra o seu valor sacrossanto na imparcialidade, na isenção e na defesa dos interesses colectivos, como nação, acima de quaisquer interesses singulares, partidários ou de outros grupos que possam atentar contra a estabilidade colectiva e ou distorcer sua linha editorial.

Evidências orienta-se pelas normas deontológicas que regem a profissão, pelas leis nacionais que regem o exercício da liberdade de imprensa, pela Constituição da República de Moçambique e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Acrescenta-se a boa-fé e humildade no

reconhecimento de eventuais erros, falhas ou imperfeições no exercício constante da actividade jornalística.

Evidências tem como dever primário o informar, analisar e interpretar factos e dados, tendo a verdade como seu recurso absoluto.

Evidências considera que a existência de uma opinião pública informada, activa e interveniente é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, que não fixa fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião.

Evidências bate-se pela efectiva separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, como modo de equilíbrio das sociedades e meio essencial ao progresso, criação de riqueza e redistribuição do bem-estar no espaço soberano do Estado Português.

Evidências combate e denuncia todas as formas de exclusão social, desde abusos de poder, autoridade ou posição dominante.

Evidências recorre ao jornalismo investigativo para informar e denunciar, com factos, a má postura pública, devolver aos cidadãos a verdade, habilitando-os a um debate real e sem manipulação.

Evidências, no seu jornalismo, não se verga a interesses particulares, que procurem prevalecer sobre o interesse da maioria.

Evidências é um projecto de multimédia atento ao processo de mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público contemporâneo.

Evidências aposta, como seu elemento de distinção, num jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa.

Evidências aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de actividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural.

Evidências é responsável apenas perante os leitores, numa relação rigorosa e transparente, autónoma do poder político e independente de poderes particulares.

Evidências reconhece como seu único limite o espaço privado dos cidadãos e tem como limiar de existência a sua credibilidade pública.

Justificativa

A representatividade de género nas eleições autárquicas é um tema de importância crucial para a promoção da igualdade e participação democrática. Nas eleições autárquicas de 2023 nos municípios de Maputo, Matola e Beira, a presença significativa de 23 partidos políticos submetendo candidaturas reflecte uma diversidade política que deveria, em princípio, ser inclusiva. No entanto, a sub-representação de mulheres, constituindo menos de 20% das listas eleitorais, destaca uma lacuna significativa na busca por uma representação equitativa.

A necessidade de compreender os factores subjacentes a essa disparidade e o seu impacto nas dinâmicas eleitorais e sociais é evidente. Este estudo visa preencher essa lacuna, focando não apenas na presença numérica, mas também na interseção entre a sub-representação de mulheres e a cobertura mediática durante as eleições autárquicas. A presença de duas candidatas notáveis, Eunice Andrade pela Nova Democracia, e Stela Pinto Novo Zeca, pela Frelimo, oferece uma oportunidade única para examinar como a *media* aborda e influencia a percepção pública sobre candidatas mulheres.

Ao explorar essas dinâmicas, a pesquisa procura contribuir para o entendimento de como as mulheres são representadas e percebidas na esfera política local, com implicações para a promoção da igualdade de género e participação efectiva. Além disso, a análise integrada de dados quantitativos e qualitativos, seguindo as orientações de Neuman (2014) e King, Keohane, & Verba (1994), permitirá uma visão abrangente das barreiras enfrentadas pelas mulheres na busca por cargos autárquicos.

Ao lançar luz sobre a interconexão entre a sub-representação de mulheres, a cobertura mediática e a dinâmica política, este estudo não apenas oferece perspectivas para a realidade local de Maputo, Matola e Beira, mas também contribui para o corpo de conhecimento mais amplo sobre a participação política das mulheres. A pesquisa tem o potencial de informar políticas e práticas que visam promover a igualdade de género nas esferas políticas locais, nutrindo assim uma democracia mais inclusiva e representativa.

CAPITULO II

QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

1.1 Eleições em Moçambique

Moçambique tem trilhado um caminho complexo em sua evolução política, notadamente refletido nas diferentes etapas de suas eleições. Desde a conquista da independência em 1975 até os dias atuais, a nação tem testemunhado uma série de eventos eleitorais que moldaram seu curso político. Vamos mergulhar de maneira mais exaustiva nessa fascinante jornada.

As eleições de 1994 marcaram um ponto de viragem significativo, com a transição do governo de partido único da FRELIMO para um sistema multipartidário. Nesse contexto, Joaquim Chissano, líder da FRELIMO na época, destacou a importância dessas eleições como "um marco crucial para consolidar a democracia em Moçambique, abrindo caminho para a participação pluralista que reflete a vontade do povo" (Chissano, 1994).

Ao ser reeleito em 1999, Joaquim Chissano consolidou a estabilidade política. Entretanto, em 2004, Armando Guebuza assumiu a presidência, sublinhando que "cada eleição é uma oportunidade para fortalecer os alicerces da nossa nação" (Guebuza, 2004). Guebuza buscou implementar reformas econômicas e sociais, delineando um novo capítulo na trajetória moçambicana.

A transição de liderança em 2014, com Filipe Nyusi sucedendo Guebuza, trouxe consigo uma continuidade da FRELIMO no poder. Nyusi, ao aceitar a presidência, expressou sua visão para Moçambique, enfatizando a importância da estabilidade política para o desenvolvimento.

Contudo, as eleições de 2019 foram marcadas por controvérsias. Observadores internacionais levantaram questões sobre a validade e a transparência do processo, destacando a necessidade de aprimoramentos contínuos no sistema eleitoral moçambicano (Observatório Eleitoral Internacional, 2019).

Em meio a esse panorama eleitoral, a voz do povo emerge como um fator crucial. Activistas políticos e cidadãos engajados ressaltam a importância da participação ativa para fortalecer a democracia. Como afirmou um ativista, "A verdadeira essência da democracia está na participação

ativa dos cidadãos. As eleições são a expressão desse compromisso coletivo" (Cidadão Engajado, 2020).

No entanto, desafios persistem. A necessidade de aprimorar a transparência, garantir a equidade eleitoral e fortalecer as instituições democráticas continua sendo tema de debate, refletindo o dinamismo da política moçambicana.

À medida que Moçambique avança, a atenção para além dos resultados eleitorais é crucial. Nelson Mandela, em suas palavras atemporais, lembra-nos de que "a verdadeira prova de uma democracia é a liberdade de voto dos seus cidadãos" (Mandela, 1995). O futuro político de Moçambique será moldado não apenas por quem está no poder, mas pela resiliência de suas instituições democráticas e pelo engajamento constante de seu povo.

1.2 A autarcização

A Constituição de 1990 iniciou um processo de reforma do Estado e do sistema político que incluía, entre outros aspectos fundamentais, o estabelecimento de órgãos de representação democrática a nível provincial e local. De acordo com a Constituição, os órgãos locais do Estado teriam como objectivo "organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local"

A Constituição definia ainda que os órgãos locais do Estado dividir -se -iam em órgãos representativos, "constituídos por cidadãos eleitos pelos eleitores de uma determinada área territorial"

Autarquias locais são pessoas colectivas públicas dotadas de órgãos representativas próprias visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízos dos interesses nacionais e da participação do estado, segundo a **lei da base das autarquias locais** no 1º capítulo do nº 2 do artigo 1

As autarquias são a única forma de governo local legalmente eleito e, como tal, a sua legitimidade junto dos cidadãos é fundamental para a consolidação e institucionalização de uma boa governação e democracia no país. As autarquias têm também um papel a desempenhar, quer assumindo e aprofundando o empenhamento nos processos formais da governação, dando ao cidadão maior

capacidade de representação, para ter voz e oportunidades de acesso aos bens e serviços públicos através de uma maior participação em actividades de planeamento e orçamento.

Alei eleitoral prevê um conjunto de procedimentos e fases que devem ser percorridos até a validação dos resultados eleitorais, iniciando com a votação nas mesas das assembleias de votos de cada autarquia, o apuramento parcial, e segue o apuramento intermedio feito a nivel distrital ou cidade através do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE), e depois é divulgado os resultados finais através da CNE a nivel central.

Em Moçambique, as autarquias locais foram instituídos por leis aprovadas entre 1996 e 1997 e as primeiras eleições municipais decorreram em 1998, sete anos após os acordos de paz assinados que abriu espaços para as transformações políticas. As eleições autárquicas decorrem em cada 4 anos, sendo as últimas no dia 11 de Outubro de 2023 em todo o território nacional nos seguintes locais, conforme ilustra o quadro abaixo:

	Província	Autarquia
1	Cidade de Maputo	Cidade de Maputo
2	Maputo - Província	Cidade da Matola
		Vila da Manhiça, Boane, Namaacha, Marracuene e Matola-Rio;
3	Gaza	Cidades de Xai-Xai, Chokwè, Chibuto
		Vilas de Mandlakaze, Macia, Paraia de Bilene e Massingir;
4	Inhambane	Cidade de Inhambane e Maxixe, Vilanculos, Massinga, Quissico e Homoine
5	Sofala	Cidades da Beira, Dondo
		Vilas de Marromeu, Gorongoza, Nhamatanda e Caia;
6	Manica	Cidades de Chimoio e Manica
		Vilas de Gondola, Sussundenga, Sussundenga, Guro e Catandica
7	Tete	Cidade de Tete,
		Vilas de Moatize, Ulónguè, Nhamayabue e Chitima
8	Zambézia	Cidade de Quelimane, Mocuba, Gurúè
		Vilas de Alto Molócuè, Maganja da Costa, Morrumbala e Milange
9	Nampula	Cidade Nampula, Angoche, Naca-Porto e Ilha de Moçambique

		Vilas de Monapo, Mossuril, Malema e Rbáuè;
10	Cabo-Delgado	Cidades de Pemba, Montepuez, Vilas de Mueda, Balama, Chiúre, Ibo e Mocimboa da Praia;
	Niassa	Cidades de Lichinga, Cuamba
		Vilas de Metangula, Mandimba Marrupa e Insaca.

Destas 65 autarquias, 12 foram criadas recentemente passando das actuais 53 para 65 autarquias, sendo novas, as autarquias as vilas de Marracuene, Matola-Rio, na Província de Maputo; Massingir na província de Gaza, vila de Homóine, na província de Inhambane, Vila de Caia, na província de Sofala, vila de Guro na província de Manica, vila de Morrumbala, na província de Zambézia, vila de Chitim,a na província de Tete, vila de Mussuril, na província de Nampula, vila de Balama e Ibo, na província de Cabo-Delgado e vila de Insaca na província de Niassa.

Nestas eleições foram aprovados 10 partidos políticos, três coligações de partidos. Dos 21 concorrentes, os Partidos MDM, RENAMO e FRELIMO concorreram em todas as 65 cidades e vilas Autárquicas.

Partidos	Humanitário de Moçambique(PAHOMO)
	Progresso do Povo de Moçambique (PPPPM),
	Frelimo
	Movimento Democrático de Moçambique (MDM)
	Resistência Nacional de Moçambique(RENAMO)
	Acção de Movimento Unido para Salvação Integral (AMUSI)
	Movimento de Reconciliação de Moçambique (MRM)
	Partido para o Desenvolvimento de Moçambique (PDM)
	Partido Os Verdes de Moçambique (PVM)
	Nova Democracia (ND)
Coligações	União Eleitoral (UE), Esperança do Povo (E-Povo) Coligação Aliança Democrática (CAD)

2. Campanhas eleitorais

As campanhas eleitorais visam promover candidaturas, bem como divulgar textos, imagens, vídeos ou sons que expressem ou reproduzam o conteúdo dos candidatos, decorreram de 26 de Setembro a 8 de Outubro de 2023 em todas as cidades e vilas autarcizadas.

2.1 Votação

Em todas as áreas urbanas autárquicas foram inscritas 4.817.702 cidadãos com capacidade eleitoral activa com vista ao exercício do direito ao voto. E para a realização do sufrágio, a CNE constituiu 1486 assembleias de voto, onde se instalaram 6787 mesas de votação.

No mesmo processo de votação, houve várias irregularidades onde o Conselho Constitucional recebeu e julgou em última instância 40 recursos de 32 dos 65 municípios onde se realizaram as eleições autárquicas nomeadamente: nas autarquias da Cidade de Maputo (Kampfumu, Kamubukuane, Kamavota e Lhamankulu), Matola, Matola-Rio, Manhiça, Marracuene, Xai-Xai, Praia de Bilene, Chókwè, Manjacaze, Vilanculo, Beira, Marromeu, Moatize, Quelimane, Maganja da Costa, Morrumbala, Alto-Molócuè, Milagem Gúruè, Cuamba, Mandimba e Insaca.

Das várias irregularidades foram destacados pelos partidos políticos que ao longo da votação houve boletis pré-votados, conflitos entre representantes dos partidos políticos e simpatizantes, subornos, entre outros, trazendo como exemplo de algumas autarquias.

Após as investigações, análise e apreciação das reclamações propostas, o Tribunal Judicial do Distrito de Chokwè anulou a eleição alegando a recusa de credenciação dos delegados de candidatura do Partido Nova Democracia, onde o Conselho Constitucional declarou nulo o posicionamento do Tribunal distrital, alegando a incompetência da jurisdição.

No Distrito de Cuamba, o Tribunal Judicial do Distrito invalidou a eleição, com o fundamento de que cerca de 741 cidadãos eleitores foram proibidos de votar em diversas mesas das assembleias de voto, o que na óptica do juiz do tribunal judicial daquele distrito, consubstancia vício que afecta o resultado das eleições. Para esta situação, o Conselho Constitucional reitera

a decisão do Tribunal Judicial Distrital de Cuamba de remeter estes factos para o Ministério Público para a sua investigação e tomada de medidas devidas.

Representatividade de Género nas Eleições

A representatividade de género nas eleições é uma área crucial de estudo que transcende a simples contagem de candidatos e busca compreender as dinâmicas complexas que moldam a participação política das mulheres. Este quadro teórico e conceptual explora diversas dimensões dessa temática, abordando teorias sobre representação política, obstáculos à participação feminina, e a influência da mídia na construção da imagem das candidatas.

2.1 Relevância além do contexto Moçambicano:

Ao compreender as nuances específicas de Moçambique, o estudo de Nhalevilo (2015) oferece insights valiosos que podem ser adaptados para enfrentar desafios semelhantes em outros contextos de descentralização.

O artigo de Nhalevilo (2015) contribui para o corpo de conhecimento ao apresentar uma análise aprofundada e contextualizada sobre a participação política das mulheres durante a autarcização, oferecendo não apenas uma compreensão dos desafios, mas também estratégias práticas para promover a equidade de género.

Apesar dos desafios, a autarcização em Moçambique oferece oportunidades significativas para promover a equidade de género. O trabalho de Julieta Nhantumbo (2018) destaca a importância da descentralização na criação de espaços de participação cidadã, enfatizando como isso pode ser um catalisador para a influência feminina nas decisões locais.

A pesquisa de João Nhampossa (2017) destaca a oportunidade única que a autarcização oferece para a implementação de políticas específicas de género a nível local. Nhampossa argumenta que autoridades autárquicas sensíveis à equidade de género podem desenvolver estratégias inovadoras e alocar recursos de maneira a promover a igualdade.

Além dos desafios políticos, as estruturas culturais e económicas em Moçambique desempenham um papel crucial na perpetuação das desigualdades de género. O trabalho de Graça Machel (2005) destaca como as normas culturais profundamente enraizadas podem se manifestar em desigualdades económicas e sociais, impactando de forma desproporcional as mulheres.

Estudos como o de Hélia Bravo Hollanda (2012) enfatizam a necessidade de abordar as normas culturais como parte integrante do processo de autarcização. Hollanda argumenta que estratégias de desenvolvimento bem-sucedidas devem incorporar uma compreensão profunda das dinâmicas culturais locais.

2.2 Participação Feminina na Autarcização

A participação ativa das mulheres nos processos autárquicos é um elemento crítico para a construção de uma governança local equitativa. Estudos como o de Armindo Ngunga (2016) destacam a importância de superar não apenas barreiras políticas, mas também socioeconómicas que limitam a participação feminina. Ngunga argumenta que medidas como quotas de género podem ser eficazes, mas apenas quando acompanhadas por iniciativas que abordem as disparidades económicas subjacentes.

O trabalho de Amélia Sumbane (2019) enfatiza a necessidade de criar espaços seguros e inclusivos para a participação das mulheres. Sumbane argumenta que abordar estereótipos de género arraigados requer não apenas mudanças nas políticas, mas também nas atitudes culturais, destacando a importância de intervenções educativas e de conscientização.

A autarcização em Moçambique apresenta um potencial significativo para desafiar e transformar as normas culturais que perpetuam as desigualdades de género. O trabalho de Nádía Adrião (2020) destaca a autarcização como uma oportunidade para promover performances culturais alternativas que desafiem as normas de género tradicionais. Adrião argumenta que programas educativos e iniciativas culturais podem desempenhar um papel vital nesse processo.

Políticas de Equidade de Género na Autarcização

A eficácia das políticas de equidade de género na autarcização é um ponto crucial para garantir resultados tangíveis. O estudo de Isabella Mahluza (2018) examina a implementação prática de políticas de género em contextos autárquicos, destacando a importância da sensibilidade contextual. Mahluza argumenta que abordagens adaptadas à realidade local são essenciais para superar desafios específicos e garantir que as políticas se traduzam em mudanças reais na vida das mulheres.

Examinar a interseção entre a autarcização, a economia local e a equidade de género em Moçambique é essencial. O trabalho de Samuel Zita (2017) destaca como as estruturas económicas locais podem inadvertidamente perpetuar as disparidades de género. Zita argumenta que uma revisão crítica das prioridades económicas durante a autarcização é crucial para garantir que as mulheres tenham acesso igualitário a recursos e oportunidades.

2.4 Autarcização em Moçambique: Desafios e Oportunidades para a Equidade de Género

O processo de autarcização em Moçambique, marcado pela descentralização de poderes para governos locais, é uma peça fundamental na evolução política do país.

Moçambique passou por um processo significativo de descentralização, buscando fortalecer a governança local e a participação cidadã. No entanto, é essencial avaliar como essa transição impacta as dinâmicas de poder e a representação de género nos níveis locais.

Numa breve reflexão sobre autarquias, eleições e democratização, Luis de Brito refere que a mudança na concepção da autarcização operada com a lei 2/97 permitiu clarificar a separação entre os órgãos locais do Estado (que viriam a beneficiar de legislação própria) e o poder autárquico, ainda que continuem a existir algumas zonas de indefinição em termos de atribuições e competências.

Com efeito, de acordo com a lei, as autarquias podem ser de dois tipos: os municípios (correspondendo à circunscrição territorial das cidades e vilas) e as povoações (correspondendo à circunscrição territorial da sede do Posto Administrativo) (art. 2-2 e 3)

A autarcização, também conhecida como descentralização, tem sido uma estratégia global visando empoderar as comunidades locais e fortalecer a governança. Em Moçambique, esse processo, implementado nas últimas décadas, visa promover o desenvolvimento local.

A implementação da autarcização em Moçambique revelou desafios complexos para a equidade de género, muitos dos quais foram discutidos por estudiosos locais. O trabalho seminal de Paula Meneses (2010), por exemplo, destaca as complexidades das estruturas sociais locais,

evidenciando como as normas patriarcais persistentes podem ser reforçadas em vez de desafiadas pela autarcização.

O estudo de Emília Nhalevilo (2015) fornece uma visão crítica sobre a participação das mulheres nas esferas locais de decisão durante o processo de autarcização. Nhalevilo argumenta que a falta de representação feminina nas lideranças locais pode ser atribuída a barreiras socioeconómicas, destacando a necessidade de abordar não apenas as questões políticas, mas também as económicas para promover uma participação equitativa.

O estudo destaca como as normas culturais desempenham um papel significativo na perpetuação das desigualdades de género, influenciando a representação e a influência das mulheres em cargos políticos locais.

A autora analisa estratégias bem-sucedidas adoptadas por mulheres para superar as barreiras identificadas, contribuindo para a promoção da participação política feminina em autarquias durante o processo de autarcização.

2.5 Participação Política Feminina:

Em eleições anteriores, a presença de mulheres nos órgãos autárquicos em Moçambique tem sido historicamente baixa.

Nas eleições de 2018, por exemplo, a participação feminina foi notavelmente inferior à dos homens. Nas eleições gerais de 2019, apenas cerca de 39 das 250 cadeiras na Assembleia da República eram ocupadas por mulheres.

A persistência de barreiras culturais e sociais tem sido um desafio significativo para as mulheres que buscam se envolver na política.

Normas de género tradicionais muitas vezes limitam as oportunidades e desencorajam mulheres de participar activamente.

Apesar dos desafios, têm havido iniciativas notáveis para promover a participação política feminina. Campanhas de conscientização e programas de capacitação visam superar barreiras culturais e encorajar mais mulheres a se envolverem na esfera política.

A discussão sobre a implementação de quotas de género nas listas eleitorais tem sido um tema recorrente.

Papel dos Meios de Comunicação:

A cobertura mediática da participação feminina na política tem impacto na percepção pública e no incentivo para mais mulheres se envolverem.

A discussão sobre a representação justa das mulheres na *media* é um elemento crítico deste debate. Mesmo com avanços, a resistência cultural e estrutural continua a ser um desafio significativo para a participação política feminina.

A falta de recursos e acesso a oportunidades educacionais também é um impedimento para muitas mulheres.

3.1 Teoria de Representação Política:

A teoria da representação descritiva (Pitkin, 1967) destaca a importância de uma representação que reflecta demograficamente a diversidade da população. No contexto de género, isso implica uma proporção justa de mulheres e homens nos órgãos eleitos.

A representação substantiva (Phillips, 1995) vai além dos números, argumentando que a presença de mulheres traz perspetivas e prioridades distintas para a arena política, enriquecendo o processo democrático.

A representação descritiva destaca a importância simbólica da representação política. Isso contribui para a legitimidade do sistema político ao reflectir a diversidade da sociedade.

A presença de representantes que compartilham características demográficas com os eleitores pode incentivar uma maior participação cidadã, pois os eleitores podem sentir uma conexão mais próxima com seus representantes.

A teoria da representação descritiva pressupõe que a diversidade demográfica automaticamente leva a uma diversidade de perspectivas. No entanto, isso pode não ser verdadeiro, especialmente se os representantes compartilharem outras características, como classe social ou filiação partidária, que podem influenciar mais as suas visões do que o gênero ou raça.

A crítica fundamental a essa teoria é que ela pode enaltecer as características demográficas, assumindo que todos os indivíduos dentro de uma categoria demográfica compartilham automaticamente os mesmos interesses. Esta visão pode reforçar estereótipos e ignorar a diversidade dentro de grupos demográficos.

Moçambique é caracterizado por uma diversidade étnica, linguística e cultural significativa. A teoria da representação descritiva, que enfatiza a importância de reflectir essa diversidade nos órgãos eleitos, ganha relevância. A população moçambicana é composta por várias etnias, incluindo Makua, Tsonga, e Shona, entre outras. Uma representação equitativa desses grupos é essencial para garantir a legitimidade do sistema político.

3.2 Influência da mídia na Representação de Género:

A teoria do agendamento (McCombs & Shaw, 1972) sugere que a mídia desempenha um papel fundamental na definição da agenda política, destacando certos temas e atores. A representação de género nas eleições pode ser influenciada pela forma como a mídia destaca ou marginaliza candidatas.

A teoria do gatekeeping (Shoemaker & Vos, 2009) examina o papel dos jornalistas na seleção e apresentação de notícias. A aplicação desta teoria à representatividade de género destaca como as decisões editoriais podem moldar a visibilidade das candidatas.

Ao integrar essas teorias, este estudo pretende analisar criticamente a sub-representação de mulheres nas eleições autárquicas de Maputo e Matola em 2023, considerando tanto os desafios estruturais quanto a influência da mídia na formação da imagem das candidatas. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais completa e contextualizada da representatividade de género no cenário político local.

3.4 A “problemática” dos títulos em jornalismo

Antes de se passar à análise das manchetes, talvez seja importante fornecer algumas informações sobre a titulação que é feita em jornalismo. Até porque, no fundo, uma manchete é um título colocado ainda em maior destaque do que aquele que este já tem, por norma. Dito de outra forma, a manchete de um jornal é o ponto mais alto a que um título pode ambicionar chegar, na sua curta vida de 24 horas.

Sobre os títulos em jornalismo já muito se disse. O título é sempre a face mais visível de uma notícia. Dá a cara por ela. Fica na primeira fila, para o que der e vier. É o representante da notícia, ainda antes de esta aparecer. No fundo, é no título que se decide se a notícia vai ter vida – leitores, leia-se – ou se morre na escrita. Um mau título pode condenar uma notícia ao “anonimato”, enquanto um bom título pode dar interesse a uma notícia que, à partida, não teria grande esperança de vida.

Mas, afinal, o que é um título jornalístico? “Para Estrela Serrano o título «é o lugar privilegiado do acontecimento. É também o primeiro indicador do ‘valor’ dum informação, o qual não provém apenas da originalidade do seu conteúdo, mas, sobretudo, do facto de o jornal o reter como informação. No título o jornal indica duas coisas: informa sobre um assunto e mostra que informa.»” (Alves, 2003: 12) Segundo o manual de estilo da Editora Abril, citado por Dinis Alves, “o título é a chave. Para funcionar, precisa de ter impacto. Sem impacto, não chamará a atenção. Se não chamar a atenção será inútil” (Ibidem: 12-13). “O título deve antecipar a notícia, não esgotá-la, prescreve Mario Lenzi (1981:83). Deve suscitar a atenção do leitor, forçando-o a desejar mais e, em consequência, a ler a notícia. Logo, mais informatividade e menos informação à cabeça: «Por isso, nos títulos dos diários, hoje prefere-se cada vez mais ignorar a regra dos cinco w e apontar, antes que propriamente um facto, para um pormenor secundário, mas em grau suficiente para provocar mais curiosidade e emoção» (Alves, 2003: 51).

Por tudo isto, a tarefa de quem titula em jornalismo, e neste caso, no jornalismo impresso, não se adivinha fácil. Segundo afirma o jornalista português Daniel Ricardo, citado na mesma obra de Dinis Alves, o bom título é “o que salta à vista e, ao mesmo tempo, se revela suficientemente explícito para que toda a gente o compreenda com facilidade”, e “misterioso quanto baste para suscitar o desejo de obter mais informações sobre a matéria que apregoa” (Ibidem: 12-13). Victor

Silva Lopes deixa um conselho, citado, uma vez mais por Dinis Alves: “Faça-os curtos, suficientemente explícitos para serem entendidos, suficientemente misteriosos para não dizerem tudo ao leitor, a fim de que ele se interesse pelo texto.” Ao titular da imprensa pede-se hoje um telegrama dos mais baratos ou seja com poucas palavras.

Já Mário Mesquita alerta para os perigos dos títulos, defendendo que estes “não se destinam apenas a identificar e sintetizar determinado texto jornalístico. Visam igualmente seduzir o leitor, induzi-lo a comprar o jornal, o que se traduz, por vezes, na adopção de estratégias de dramatização. A arte de bem titular requer o domínio de uma linguagem telegráfica, plena de supressões e propícia a derrapagens deontológicas. Por isso mesmo os manuais e os códigos mais atentos à retórica do jornalismo sublinham que os títulos devem corresponder, pelo menos, ao conteúdo das notícias, artigos ou reportagens a que dizem respeito”.

Assim, conclui Dinis Alves, “o conflito com que se depara o jornalista, ao decidir-se por títulos que sejam informativos, mas ao mesmo tempo mostra que ajude a vender o artigo, não é dilema de fácil resolução. Dir-se-ia mesmo que os dois objectivos colidem entre si. Ao optar por um título meramente informativo, o jornalista decidir-se-á pela clareza, pelo desgorduramento do texto titular, recorrendo a significantes com significado gerador de consenso na comunidade jornalística. Utilizará uma linguagem referencial ou denotativa.

Mas quando se lembra que tal título ou manchete deve servir também para vender o texto ou a edição, aí já se pode sentir impelido a potenciar semanticamente o título, sendo para tal obrigado a desviar-se da norma, em direcção à chamada linguagem conotativa” (Alves, 2003: 135).

3,5 Media, campanhas eleitorais e partidos políticos: que relação?

De um modo geral, as campanhas eleitorais podem ser entendidas como uma época constitucionalmente consagrada, em que as formações políticas e candidatos concorrentes de um

Estado de direito democrático¹ difundem mensagens persuasivas para uma ou várias audiências, tentando convencê-las a aderir ao projecto de governação apresentado. Para Salgado (2012, p.253), “as campanhas eleitorais são momentos privilegiados da vida política democrática, onde se encetam esforços para transmitir mensagens e persuadir através da comunicação política.”

Numa visão mais sistematizada e incisiva, Dayan e Katz (1992), *apud* Salgado (2012, p.231), analisam as campanhas eleitorais como eventos mediatizados, devidamente programados e que, a certo modo, englobam um aspecto “coercivo”², já que somos forçados a acompanhá-los.

[...] significa um acontecimento programado, limitado no tempo e no espaço, que apresenta um grupo ou uma personalidade, tem uma significação dramática ou ritual e possui ainda uma força específica que nos obriga a olhar para esse acontecimento.

Por ser um processo de emissão e recepção de mensagens entre os vários actores envolvidos as campanhas eleitorais demandam a existência de um processo de interação entre os organizadores e o público-alvo “[...] e são um processo que ocorre num sistema político e social marcado por diversos factores, como o nível de desenvolvimento socioeconómico e democrático [...]” (Ibidem)

Tal como os autores acima citados afirmam, pela sua intrínseca ligação com os estados de direito democrático, é necessário que durante as campanhas eleitorais os profissionais da imprensa, principalmente os jornalistas, estejam livres o suficiente para reportarem as principais incidências sem qualquer tipo de pressão, violência ou intimidação. O sucesso de qualquer campanha eleitoral depende, dentre outros factores, de uma equipa competente que seja capaz de desenhar estratégias adequadas e elaborar mensagens persuasivas, que possam apresentar uma imagem imaculada de um candidato e sua formação política, de modo a convencer o eleitorado. Por isso, Salgado (2012, p.) afirma que:

A definição da estratégia pressupõe tomadas de decisão sobre elementos políticos de comunicação: por que tipo de mensagem optar? Esta decisão inclui a preocupação de desenvolver mensagens adequadas às audiências e aos suportes, mas coerentes com a imagem e os objetivos dos atores políticos. Depois, como comunicar com os diferentes segmentos do eleitorado? A que segmento ou segmentos do eleitorado se dirigir preferencialmente?

¹ Na concepção de Da Silva (1988, p.6) “o Estado de Direito é uma criação do liberalismo. Por isso, na doutrina clássica, repousa na concepção do Direito natural, imutável e universal, e daí decorre que a lei, que realiza o princípio da legalidade, essência do conceito de Estado de Direito, é concebida como norma jurídica. geral e abstrata.”

² É importante notar que a obrigatoriedade a que os autores fazem menção não tem nada a ver com o uso da força, mas sim a aspectos programáticos, levados a cabo pela media, o que de certo modo coloca o público refém desses eventos eleitorais.

Após a definição da estratégia a adoptar por forma a persuadir o eleitorado, os candidatos e partidos políticos precisam de um aliado que dê visibilidade a sua comunicação eleitoral e aumente o raio de abrangência. Este elemento é a media, seja ela impressa, radiofónica, digital ou televisiva.

Os outros canais de comunicação são aqueles que permitem aos partidos e aos candidatos transmitir a sua mensagem com a mediação dos jornalistas nos órgãos de informação de massa, isto é, a rádio, a televisão e a imprensa escrita. Esta possibilidade permite um menor controle sobre a mensagem final, mas apresenta vantagens inegáveis: permite chegar a um maior número de pessoas (as audiências destes meios) e o trabalho jornalístico atribui um cunho de veracidade ao discurso político, que passa de simples propaganda política a informação política. (Ibidem)

CAPÍTULO III

1. Apresentação, análise e interpretação de dados

A 11 de Outubro de 2023 realizaram-se as sextas eleições autárquicas em Moçambique, nas quais a Frelimo ganhou em grande parte dos municípios, relegando os outros partidos MDM e Renamo para as posições imediatamente a seguir, não obstante os ilícitos eleitorais apresentados por várias organizações da sociedade civil.

Ao todo são 21 congregações que estavam envolvidas nas eleições. Trata-se de 10 partidos políticos, oito grupos de cidadãos e três coligações de partidos políticos.

Dos 65 edis eleitos, apenas seis são mulheres, o que representa pouco mais de nove por cento dos Presidentes de Município em Moçambique.

Por outro lado, em termos de representativos da candidatura ao sufrágio passado, dos 22 partidos políticos que participaram, apenas 24 dos 255 candidatos a cabeça-de-lista eram mulheres. Estes números acabaram sendo o mote para este estudo.

Esta etapa dedica-se à apresentação, análise e interpretação das matérias sobre a campanha eleitoral publicadas no jornal semanário Evidências.

1.1. Quantidade de matérias publicadas

Quantas matérias sobre a campanha eleitoral de 2023 foram publicadas pelos jornais em estudo? Esta é a pergunta que a presente etapa responde, buscando uma visão holística. Do total dos textos publicados pelo jornais Evidências durante os 13 dias de campanha eleitoral – 26 de Setembro a 9 de Outubro –, 204 é que estão relacionadas com a campanha eleitoral às autárquicas no geral, perfazendo assim o corpus de análise.

1.2. Grau de destaque ou visibilidade das matérias

Nesta categoria apenas se operacionaliza uma variável, designadamente o “Género das matérias”. Uma vez que também serão levados em conta os textos de carácter opinativo, nomeadamente a crónica, o editorial e os artigos de opinião, não se pretende atribuir um carácter valorativo a tais opiniões. Se assim se procedesse cair-se-ia, infalivelmente, numa análise subjectiva.

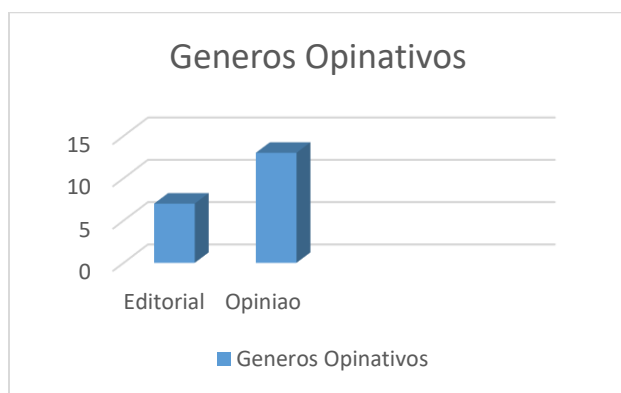
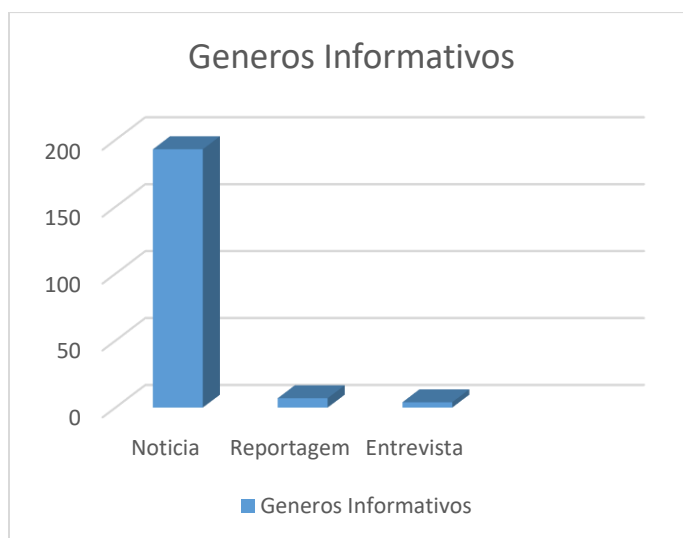
O que se pretende é aferir que género (informativo ou opinativo) foi predominante. Que importância tem esta abordagem? De acordo com o MISA-MOÇAMBIQUE e SNJ (2009, p.10), “[...] pressupõe-se que as matérias de tipo informativo sejam mais consentâneas com a objectividade e imparcialidade jornalística”, facto que, caso estas sejam predominantes em relação as do género opinativo, transparece uma certa abordagem imparcial, não obstante o facto de que “o Jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões” (CHAPARRO, 2003, p.5 *apud* PESSOA, 2016, p.60).

1.3. O género das matérias

Segundo Chaparro (2003, p.5), citado por Pessoa (2016, p.60), “por mais objectiva que seja uma informação, no sentido de registar factos verdadeiros, reais, é óbvio que a percepção dos factos depende do prisma da observação”. Entretanto, ainda que o género opinativo seja importante, vale

destacar que “misturar factos com opinião, aparência de rigor com manipulação, devem ser consideradas faltas profissionais muito graves”. (GRADIM, 2000, p.20). Após o levantamento do volume de cobertura e dos géneros predominantes nos dois jornais, a análise mostra que as matérias de cunho informativo (notícia, reportagem e entrevista) foram as que mereceram maior destaque, comparativamente às de carácter opinativo (artigo de opinião, crónica e editorial).

Gráfico 3: Género das matérias sobre a campanha eleitoral publicadas nos jornais analisados

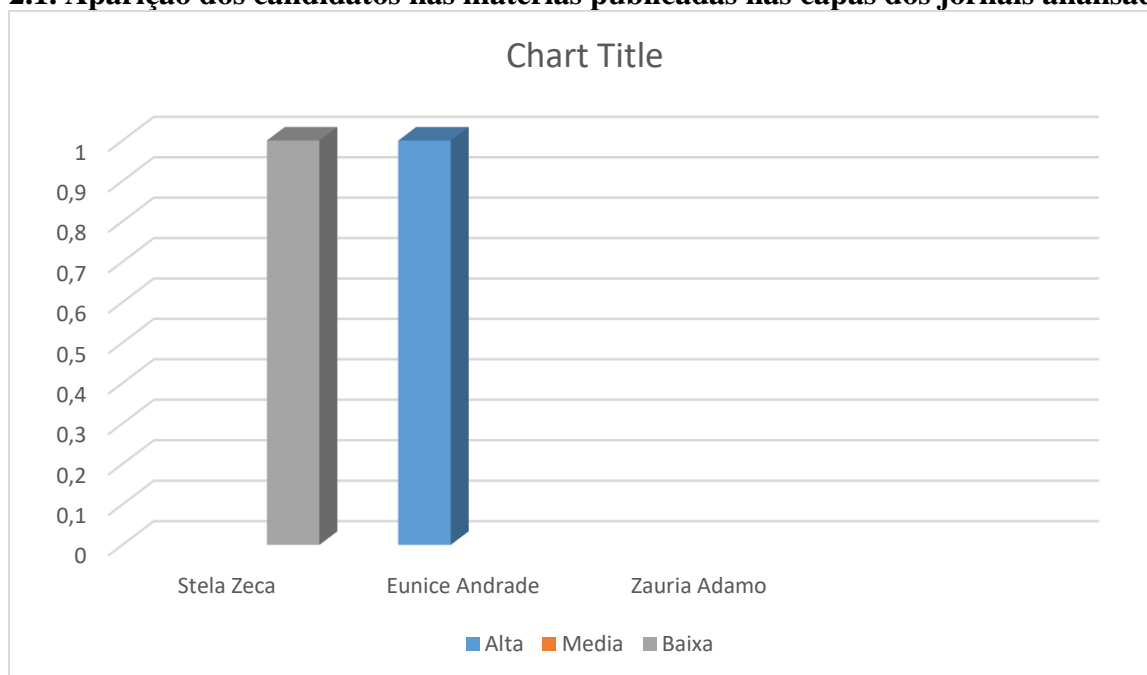


Genericamente, num universo de 204 matérias, 184 perfazem o tipo informativo, contra as restantes 20 de carácter opinativo. Assim, do ponto de vista percentual, 90.1% são informativas e 9,9.5% opinativas.

2. A cobertura dos candidatos

Já no contexto da análise à cobertura das candidatas, cada matéria jornalística³ foi analisada em função de um certo número de variáveis enquadradas em duas categorias de análise, designadamente: “quantidade de aparições do candidato como protagonista” e “destaque ou visibilidade” das matérias. Para a primeira categoria usa-se as seguintes variáveis: número e espaço ocupado pelas matérias. Já na segunda usa-se as variáveis género, posição ou localização da matéria na página, valência e enquadramento.

2.1. Aparição dos candidatos nas matérias publicadas nas capas dos jornais analisados



2.2. Posição das matérias na página do jornal

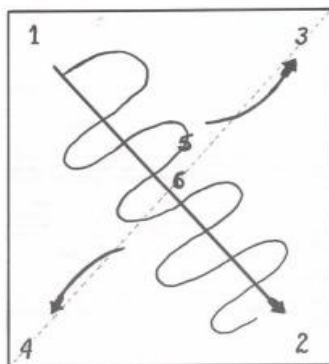
No Jornalismo impresso, no quadro da diagramação e paginação, a distribuição das matérias dos jornais tem merecido especial atenção, ainda que algumas regras aplicadas não sejam vistas como

ortodoxas e invariáveis.

De acordo com a cultura ocidental nós aprendemos que a leitura é feita da esquerda para direita, de cima para baixo, do topo até ao rodapé das páginas. Além da leitura linear, nossos olhos percorrem entre o canto superior esquerdo ao canto inferior direito. (FILGUEIRAS, 2017, p. 15)

Nesse ponto vista, a harmonização e hierarquização das matérias na *media* impressa torna-se ainda mais importante não apenas “para que as principais informações visuais sejam transmitidas ao leitor sem provocar nenhum tipo de ruído” (ibidem), mas sobretudo porque configuram maior ou menor destaque e visibilidade às publicações.

Figura 1: Zonas de visualização duma página impressa



1. Principal ou primária;
2. Secundária;
3. Morta;
4. Morta;
5. Centro óptico;
6. Centro geométrico.

Fonte: TEC Concursos

No entender de Ambrose e Harris (2009, p.21), “há certas áreas das páginas que são mais visadas do que outras, ou seja, existem áreas activas e passivas dentro de um *layout*”. Em “*Direcção de Arte, Planeamento Visual Gráfico, apostila 7*”, Brito (2011, p.4) divide as zonas de visualização em seis pontos de atenção, tal como a figura acima ilustra. São eles:

- Os pontos 1 e 2 correspondem às ZONAS NOBRES: 1) zona primária - dentro de uma leitura ocidental, área onde procuramos em primeiro lugar quando olhamos para uma página impressa; 2) zona terminal diagonal - corremos o olho rapidamente, seguindo a linha diagonal visualizando de forma geral os elementos/assuntos da página.
- Os pontos 3 e 4 correspondem às ZONAS MORTAS: 3) zona morta - sector que necessita

ser valorizado com elementos de destaque para um maior equilíbrio dos elementos, colocando fotos, ou textos em destaque; 4) zona morta terminal – seguimos nosso olhar ao sector quatro procurando novos elementos de interesse.

- O ponto 5 corresponde ao CENTRO ÓPTICO: situado um pouco acima do centro geométrico. O centro óptico é o ponto onde paramos realmente, atentando para os detalhes. Por isso esta zona central tem a força maior natural para prender nossa atenção.
- Por fim, o ponto 6 é o CENTRO GEOMÉTRICO: depois dessa rápida olhada pela página, focalizamos a vista no ponto central.

Devido ao destaque e à visibilidade que confere às matérias, o ponto 6 é destinado aos conteúdos mais importantes, estes que são definidos segundo critérios estabelecidos pelo jornal. De acordo com o MISA-MOÇAMBIQUE & SNJ (2009, p.18), “para classificar a posição das matérias num jornal considera-se: as zonas 1 e 6 como áreas de alta exposição, 2 e 5 de média exposição e os espaços 3 e 4 de baixa exposição”.

Nos casos em que uma matéria se encontra posicionada em mais do que uma zona, consideramos para medição a zona de maior exposição. Por exemplo, no caso em que uma matéria tenha ocupado toda a parte inferior de um jornal, zonas 4 e 2, consideramos a zona 2 para medição, ou seja, que a matéria tinha exposição média. (ibidem)

Tabela 5: Escala de medida adoptada para medir a posição das matérias nas páginas dos jornais analisados

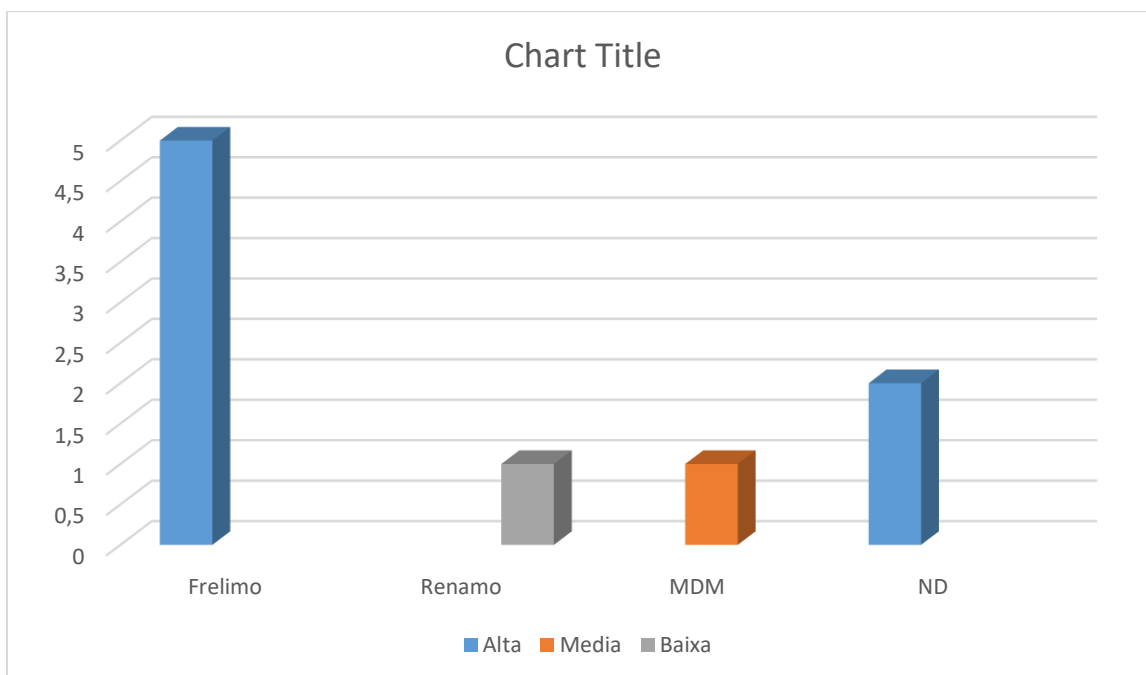
Exposição na página	Zonas
Alta	1 – 6
Média	2 – 5
Baixa	3 – 4

Fonte: Misa-Moçambique & SNJ (2009)

Com base no acima exposto, já se sabe, por exemplo, que espaço o jornal em análise atribuiu às três candidatas aos municípios da Cidade de Mapito, Matola e Beira. Todavia, qual é a localização desse espaço nas páginas? Esta questão é respondida pelo gráfico 6, abaixo apresentado, que ilustra a percentagem que cada zona de visualização recebeu.

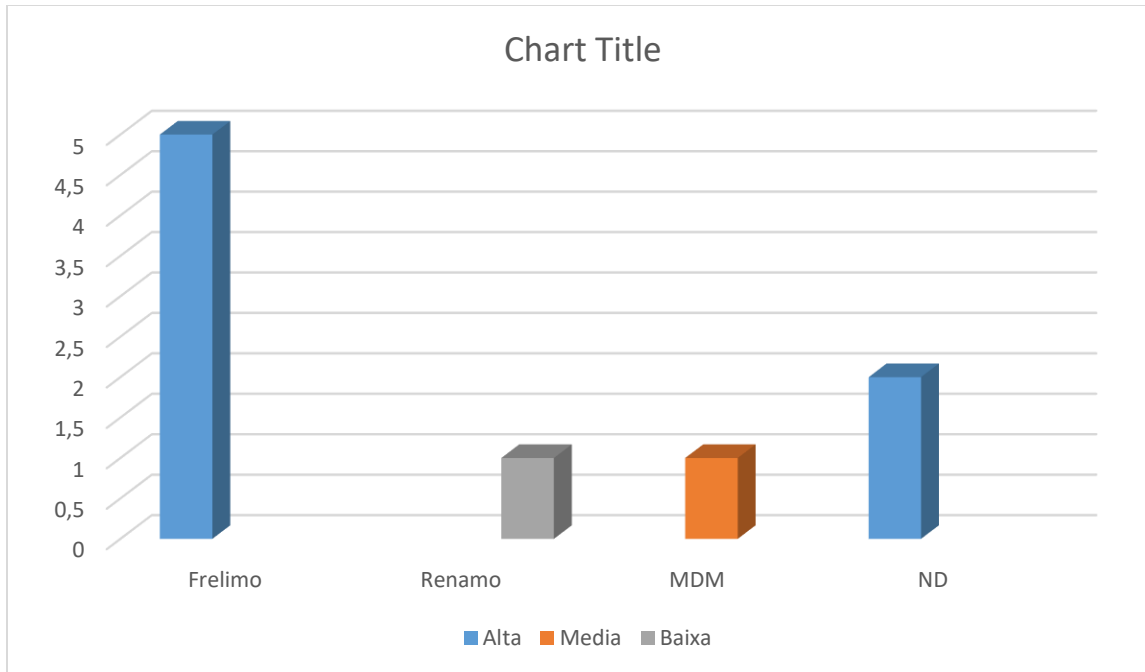
Segundo o mesmo, as matérias publicadas pelo *Evidências* durante a campanha eleitoral de 2023, tendo as três concorrentes às autarquias em alusão como protagonistas, receberam uma pequena exposição: a candidata Eunice Andrade ocupou as zonas 1 e 6, o correspondente às páginas centrais do jornal, em detrimento da concorrente Stela Pinto Zeca, que aparece uma única vez na posição 4, a de baixa exposição. A situação muda, se tomarmos em conta os partidos que suportam estas candidatas.

Gráfico 7: Zonas de exposição das matérias sobre os candidatos



De um total de sete matérias tendo as três candidatas como protagonistas, quatro são de exposição alta (58%), uma de exposição média (27%) e outra de exposição baixa (15%). Filtrados os dados, após uma análise mais específica, certos aspectos vêm à tona.

Uma análise ainda mais específica, voltada aos já citados candidatos, revela por exemplo, Zauria Adamo e Stela Pinto Zeca não tiveram matérias na zona 1-6 (alta exposição), contra uma de Eunice Andrade, pela Nova Democracia.



3.1. Valência das matérias

O jornal não teve um tom neutro nas suas matérias. Quer nos géneros jornalísticos informativos, quer nos opinativos não evitou um certo viés. Registou-se um enquadramento personalista em duas reportagens com as candidatas da ND e do MDM, Eunice Andrade e Zauria Adamo, respectivamente.

O resto das matérias tiveram um enquadramento episódico, onde o jornal trata dos factos, acontecimentos e agendas ou das ocorrências do dia-a-dia da campanha eleitoral.

Não houve uma abordagem profunda ou um debate a respeito de propostas apresentadas pelas candidatas.

Houve sempre uma tendência de culpabilização ao partido no poder ou nos orgaos eleitorais, conforme se pode verificar nas tabelas abaixo:

Géneros jornalísticos	Informativos	Data de publicação
Reportagem	Partidos jogam sujo para garantir vitória nas autárquicas	3 de October, 2023

	Partidos jogam amanhã pelo tudo ou nada e pode haver barulho em Maputo, Beira, Nampula e Quelimane	10 de October, 2023
	Roubar “até o osso” pode ser uma estratégia de desestabilização para manutenção no poder	17 de October, 2023
	No dia em que não se precisou da escuridão da noite para roubar e assassinar a democracia	17 de October, 2023
	Observadores apontam dedo à CNE pela pior fraude da história e pedem demissão de Matsinhe	24 de October, 2023
	Houve três recursos, sequestro, documentos assinados sob coação, suspeitas de subornos, entre outros crimes	24 de October, 2023
	Batata quente avoluma-se nas mãos da comadre do Presidente da Frelimo	31 de October, 2023
Entrevista	“Estou aqui porque acredito que a mulher tem força, estou pelos oprimidos e aquelas pessoas que não são ouvidas”	26 de Setembro, 2023
	Eunice Andrade quer edificar Maputo como uma cidade com identidade e como centro de oportunidades	28 de September, 2023
	“Renamo saiu mais fortalecida das VI Eleições Autárquicas” – Sérgio Chichava	24 de October, 2023
	Líder da Nova Democracia diz que acórdão do CC é um embuste e embrulho jurídico	28 de November, 2023
Gêneros jornalísticos	Opinativos	
Editorial	Campanha eleitoral: Ainda é possível roubar sem recurso à violência	26 de September, 2023
	Momento para entregar tudo nas mãos dos eleitores	3 de October, 2023
	Eleições autárquicas: um balanço preventivo	3 de October, 2023
	O povo se vingou nas urnas e a Frelimo arrancou	17 de October, 2023
	A real dimensão da derrota da Frelimo e a exposição da máfia que assaltou o Estado	24 de October, 2023
	Frelimo foi a primeira vítima: O ensaio da fraude foi feito no último Congresso	31 de October, 2023
	Os arranjos do CC para abrandar os ânimos	28 de November, 2023
Opinião	Chegou a hora da decisão	10 de October, 2023
	O regresso dos Machambisses da RENAMO e a eventual a vitória da FRELIMO mesmo depois dos “verdadeiros ilícitos eleitorais”	

O regresso dos Machambisses da RENAMO e a eventual a vitória da FRELIMO mesmo depois dos “verdadeiros ilícitos eleitorais”	17 de October, 2023
Carta aberta aos novos edis	17 de October, 2023
Uma paz cada vez mais difícil	17 de October, 2023
Como sair deste imbróglio?	24 de October, 2023
Eleições que se transformam em filme de terror	24 de October, 2023
Mulheres na Sociedade Civil e o seu papel nos Processos Democráticos em Moçambique: Uma Análise das Complexidades e Desafios	28 de November, 2023
Pequenas questões pós-eleitorais	28 de November, 2023
Nova carta para meu amigo Frelimo	31 de October, 2023
Dom Matsinhe... um cordeiro a sacrificar!	21 de November, 2023
Desafio do resgate da verdade eleitoral	14 de November, 2023
Afinal, quem vai nos dirigir nos próximos 5 anos neste país!?	7 de November, 2023

Considerações Finais

Praticamente o Jornal *Evidências* não deu destaque as candidatas nas eleições autárquicas de 2023, a avaliar pela única vez que Stela Pinto Zeca apareceu na capa, mas não para abordar assuntos ligados ao seu programa de governação. Eunice Andrade ocupou as páginas centrais na entrevista, pela sua ‘ousadia’ em desafiar o *status quo*. Foram poucas as vezes que abordou os planos da sua governação.

As narrativas e linguagem utilizadas pelo semanário *Evidências* ao reportar sobre candidatas e candidatos, não continham estereótipos de género, entretanto a primazia dada aos homens mostra um *viés* de uma sociedade predominantemente machista. Muitas capas analisadas apresentam homens como manchetes e as mulheres, aparecem associadas a problemas, o que pode influenciar o público nas suas escolhas. Basta ver o número de edis mulheres eleitas.

Os homens tiveram maior visibilidade, correspondente a praticamente 90% em relação as mulheres, facto que pode ter reduzido as possibilidades de eleição.

O estudo refuta a H1, segundo a qual: *a cobertura mediática tem um papel significativo na formação da percepção pública sobre a representatividade de género, destacando as candidatas de maneira equitativa e informando de maneira justa sobre as suas propostas e qualificações.*

E confirma a H2, que sublinha que *a cobertura mediática das candidatas, especialmente de Eunice Andrade, Zuaría Adamo e Stela Pinto Novo Zeca, reflecte tendências de sub-representação, contribuindo para estereótipos de género e influenciando a imagem pública das candidatas.*

Referências Bibliográficas

APA. (2017). Ethical Principles of Psychologists and Code of Conduct.

Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2017). Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches.

King, G., Keohane, R. O., & Verba, S. (1994). Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research.

Neuendorf, K. A. (2002). The Content Analysis Guidebook.

Neuman, W. L. (2014). Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches.

Patton, M. Q. (2015). Qualitative Research & Evaluation Methods.



Mulher surpreendida com boletim de voto já preenchido na Cidade da Beira

11 de October, 2023 Duarte Siteo Leave a Commenton Mulher surpreendida com boletim de voto já preenchido na Cidade da Beira

Ao contrário da tranquilidade que se registou nas primeiras horas do dia da votação na capital moçambicana, Maputo, na Beira, província de Sofala, o processo foi marcado pela demora na abertura de algumas mesas de assembleia de voto. Por outro lado, há relatos de tentativa de fraude, uma vez que uma mulher foi detida pela [...]



Eunice Andrade quer edificar Maputo como uma cidade com identidade e como centro de oportunidades

DESTAQUE **POLÍTICA** **SOCIEDADE**

28 de September, 2023 [Duarte Siteo](#) [Leave a Comment](#) Eunice Andrade quer edificar Maputo como uma cidade com identidade e como centro de oportunidades

Eunice Andrade, cabeça – de – lista da Nova Democracia (ND) tornou-se na primeira mulher a concorrer para dirigir os destinos da Cidade de Maputo. Na marcha da caça ao voto, Andrade promete edificar a capital moçambicana como uma cidade com identidade e, ao mesmo tempo, centro de oportunidades para todos. Por outro lado, a cabeça – de – lista da ND pretende melhorar o sector dos transportes com vista a catapultar o desenvolvimento da Cidade de Maputo.

Eunice Andrade está ciente de que para transformar a Cidade de Maputo numa cidade com identidade deve se romper com lógica de serem sempre os mesmos actores a representarem a população, daí que promete uma Assembleia Municipal composta por homens e mulheres combativas.

“É por isso, que a Teoria de Mudança da Nova Democracia defende que A Assembleia Municipal vai tornar-se um espaço por excelência de debate, fiscalização e responsabilização de questões centrais do dia-a-dia dos munícipes, pressionando a valorização das valências da urbe e a emergências de novas vozes na decisão Por consequência, Maputo se aproximará dos seus cidadãos com uma identidade clara e consciente, redistribuindo melhor as oportunidades e os espaços de participação”.

O sector dos transportes continua a inquietar os munícipes da Cidade de Maputo. Para mudar o actual cenário e fazer deste sector com um vector para desenvolvimento da capital moçambicana, a cabeça – de – lista da Nova Democracia promete dialogar com os operadores para prover transporte sustentável para as classes mais desfavorecidas.

“É fundamental atacar as causas estruturais e descentralizar a cidade pois Maputo não pode continuar a crescer apenas no centro. Isto passa também por um diálogo concertado com provedores e operadores para prover transporte social sustentável para as classes economicamente desfavorecidas, assim como auscultar aos cidadãos para captar suas necessidades e especificidades. Implica igualmente que uma ampla rede de provedores possam prestar serviço sem que o Estado deixe de ser social. Propomos um caminho para pensar vias alternativas, estradas novas, sistemas de transporte rodoviário vertical, bem como bairros renovados onde cidadãos não se antecipam ao Estado, mas dispõem de serviços para estudar, trabalhar, cuidar da sua saúde e se divertir”, declarou.

Ainda na senda de descentralizar alguns serviços, Eunice Andrade almeja criar o Portal do Município, plataforma que através da qual o município pode pagar impostos, requerer DUAT em tempo útil e reclamar sem precisa enfrentar filas.



Nyusi exonera Stela Zeca do cargo de Secretaria de Estado na Província de Sofala

27 de September, 2023EvidênciasLeave a Commenton Nyusi exonera Stela Zeca do cargo de Secretaria de Estado na Província de Sofala

O Presidente da República, Filipe Nyusi, exonerou, na terça – feira, 26 de Setembro, Stela da Graça Pinto Novo Zeca do cargo de Secretária de Estado na Província de Sofala.

Na nota da Presidência que o Evidências, o Chefe de Estado não mencionou as razões que o levaram a exonerar Stela Pinto Novo Zeca, mas a mesma acontece quando se caminha a passos largos das Eleições Autárquicas, sendo que Zeca é a cabe-de-lista da Frelimo na Cidade da Beira.

Refira-se que o Centro de Integridade Pública veio terreno denunciar que era ilegal Stela Zeca continuar no cargo de Secretaria de Estado na Província de Sofala depois de ser eleita cabeça – de – lista da Frelimo na Cidade da Beira.



“Estou aqui porque acredito que a mulher tem força, estou pelos oprimidos e aquelas pessoas que não são ouvidas”

DESTAQUE POLÍTICA

26 de September, 2023 Evidências

- Eunice Andrade confessa que foi vítima de perseguição após o anúncio da candidatura
- “Perdi 99,9% dos contratos e muitos deixaram de seguir-me nas redes sociais”

- **“Quero que as pessoas governem Maputo comigo”**

Eunice Andrade tornou-se na primeira mulher a liderar uma lista para as eleições autárquicas ao nível da Cidade de Maputo. No próximo dia 11 de Outubro, Andrade, que dispensa qualquer tipo de apresentação na área de entretenimento e activismo social, vai ombrear com Venâncio Mondlane da Renamo, Razaque Manhique da Frelimo e Augusto Mbazo do MDM, pelo cargo que actualmente é desempenhado por Eneas Comiche. Numa extensa entrevista ao Evidências, a cabeça-de-lista da Nova Democracia mostrou-se destemida e falou dos seus planos para mudar o actual estágio da capital moçambicana. Se por um lado, através da sua candidatura Eunice Andrade pretende mostrar que todas as mulheres têm capacidade de fazer algo pela nossa sociedade, bastando apenas crença e determinação, por outro, para além de denunciar que foi alvo de perseguição logo depois que foi anunciada como cabeça-de-lista do partido liderado por Salomão Muchanga, por sinal seu ídolo na arena política, venceu que está na corrida em representação dos oprimidos, sobretudo aqueles que não têm voz.

Teresa Simango

É a primeira mulher a liderar uma lista de eleições autárquicas ao nível do município de Maputo? De onde surgiu esta motivação pela política?

– Em primeiro lugar, é um desafio muito grande, e podem até pensar que a Eunice caiu de paraquedas, mas eu sou activista social já há anos, e há vários anos que eu lido com questões políticas e fui lendo muito. Tudo que me fez seguir e assumir a política activa nesta fase foi o meu líder Salomão Muchanga, porque eu já caminhava com ele em várias actividades.

Quando ele era presidente do Parlamento Juvenil fui vendo e ouvindo jovens a falar e vendo uma nova sociedade. Eu sou muito observadora, sou munícipe desta cidade desde os meus cinco anos de idade, resolvi que este é o momento para eu mostrar que tenho voz pelas pessoas que não a tem, e nem coragem. Serei a voz deles e isso me motivou, sem dúvida, a entrar com muita garra, coragem e muita fé.

Quando foi que a Eunice entrou para a Nova Democracia?

– A Nova Democracia já existe há três anos. Antes não mostrei presença, mas sempre estive lá apoiando o meu líder e todos os militantes, por isso agora resolvemos mostrar que a Eunice tem uma cor partidária e uma cor com as cores da esperança, da juventude e das mulheres. Estou na ND desde a sua criação.

“O nosso lema é inspirar as pessoas a sentirem que podem fazer a diferença”

Estamos num país em que as mulheres têm pouco espaço. Como é que a sua nomeação pode estimular mais mulheres a serem protagonistas nos próximos pleitos eleitorais?

– Em primeiro lugar, estou feliz porque só pelo facto de ser anunciada cabeça-de-lista muitas mulheres sentiram-se empoderadas, representadas, e muitas disseram se a Eunice pode por que eu não posso? Não só mulheres como jovens, é mesmo para inspirar as pessoas e dizer que é possível, desde que haja foco e determinação. Mais do que ser uma candidata é poder abrir a mente da juventude, das mulheres e dizer que todas têm capacidade de fazer algo pela nossa sociedade, pelo nosso país.

Os munícipes não estão satisfeitos com o actual estágio da cidade de Maputo. O que o seu manifesto traz para resolver os crónicos problemas da cidade das acácias?

– A insatisfação é de todos. Sentimos isso a cada actividade de mobilização que temos feito nos mercados. Sou muito de terreno, base, ir ao campo, estar em contacto com as pessoas e ouvir delas. Disse logo no anúncio da nossa candidatura, quando foram anunciados os cabeças-de-lista, falei algo que é verdade, o meu manifesto são os munícipes da cidade de Maputo e antes de criarmos os nossos manifestos ouvimos dos nossos munícipes, ouvimos aquelas pessoas que estão todos os dias nas ruas, nas paragens, nos mercados. Somos um partido de inclusão e sem dúvidas o nosso manifesto é um manifesto de inclusão. Queremos trazer uma nova cultura de governação participativa para o município de Maputo, em que as portas estão sempre abertas e escancaradas. Quero que as pessoas se sintam em casa e sintam-se a governar Maputo. Quero que as pessoas governem Maputo comigo, mais do que isso, e poder trazer inclusão e troca de experiências entre as pessoas, um concurso de ideias empreendedoras, programas para jovens.

Tem adversários que dispensam qualquer tipo de apresentação na arena política, sendo uma caloura nessas andanças como pretende fintar o factor experiência?

– Tenho 44 anos de idade e 30 anos de carreira. Estou na área da comunicação há 30 anos, tenho a minha popularidade, uso redes sociais e não estou aqui para driblar ninguém de forma injusta, vai ser com o trabalho. Para estar lá e fazer jus a minha popularidade é respeitando primeiro o adversário, respeitar-nos uns aos outros e no dia 11 de Outubro vamos ver como vai ser, mas estamos certos da vitória.

“Queremos trazer o informal organizado e os mercados mais atrativos”

Estamos num país em que o grosso das vezes ser membro de um partido da oposição é sinónimo de perseguição, Já foi vítima de alguma perseguição desde que foi anunciada cabeça-de-lista na Nova democracia?

– Já sofri perseguição sim, optei pelo silêncio e não foi uma coisa leve, foi pesada. A minha forma de ser e de estar é não bater de frente com ninguém. O que me aconteceu entreguei nas mãos de Deus e estou aqui porque confio nele. Quando falamos de algo as pessoas que criaram alguma situação sentem-se importantes e eu não dou importância, prefiro ficar assim indiferente.

O partido ND existe há três anos. Como é que olha para o nível de aceitação dos munícipes de Maputo?

– Nos nossos trabalhos temos feito mobilização e a cada dia que passa há cada vez mais mulheres e jovens a juntarem-se ao nosso partido. Brincava em uma das reuniões que a nossa sede tornou-se pequena para receber tantas pessoas, a cada reunião que temos há mais pessoas, mulheres e jovens, aliás, pessoas de todas as idades, que são ouvidas. Todos fazem parte da tomada de decisão, que seja o que for, o que o partido tenha, as pessoas que chegam hoje têm voz para dar opinião. O nosso manifesto não é da Eunice, é de todos aqueles que querem ver o município da cidade de Maputo, a mulher e que seja um cartão postal a nível de África, não é impossível.

O que se pode esperar da Eunice Andrade como Edil da cidade de Maputo?

– Vou apostar na inclusão, trazer uma cidade das acácias intercultural, trazer o programa de desporto saudável, hábitos saudáveis. Temos artérias da cidade que podemos caminhar, praticar exercício físico, olhar para os nossos jardins que pertencem ao nosso município e poder criar actividades em que as crianças, os pais se sintam à vontade de passar uma tarde no jardim. Queremos trazer o informal organizado e os mercados atrativos. Existem infraestruturas criadas nos mercados, mas as pessoas não vão para lá porque dizem que as pessoas não chegam. Mostramos que é possível estar lá e as pessoas chegarem lá, então é um trabalho. Não sou uma pessoa de colocar o salto alto e permanecer no escritório, por isso vou continuar a estar perto das pessoas que fazem o nosso município crescer a cada dia que passa.

“Muitas pessoas deixaram de me seguir nas redes sociais”



Olhando para o panorama político nacional, independentemente da cor partidária qual é o dirigente que te inspira?

– Vou falar de Salomão Muchanga não por ele ser presidente da Nova Democracia, não por ele ser o meu líder, vou falar de um ser humano com visão e ele não está para caminhar sozinho porque o verdadeiro líder não caminha só, ele te dá ferramentas para executares mais ele não te deixa, está sempre presente e a caminhar de mãos dadas. Acho que o que falha na liderança é isto, há muitos chefes e poucos líderes.

Os líderes eles têm que impulsionar, dar ferramentas e dar oportunidade às pessoas de mostrar a suas capacidades de usar aquelas ferramentas e poder seguir, então ele é o meu líder político, a pessoa que me inspiram para que eu possa dizer que estou firme com os pés assentes no chão e vou seguir em frente sempre.

Qual é o sentimento ao ser a única mulher a se candidatar para as eleições autárquicas na cidade de Maputo. Como está psicologicamente para lidar com isso?

– Não sou uma pessoa emocionada e nunca fui em toda a minha vida. Não sou pessoa de querer aparecer na televisão, eu já sou famosa, já fiz minha carreira e graças a Deus cumpri algumas etapas. Se calhar quebrei e fiz corta-mato, mas eu pensei e refleti, falei com o meu marido e no fim a decisão foi minha. Parei e pensei e disse eu Eunice já fiz por mim e neste momento a decisão não foi pensar em mim. Vejo nas redes sociais pessoas a dizer que quero dinheiro e fama. Já sou famosa e não sou rica, vivo com o mínimo de dignidade para dar aos meus.

Não estou à procura de dinheiro de ninguém, estou ciente de que tem tigres, tubarões e leopardos. Estou aqui porque acredito que a mulher tem força, estou pelos oprimidos e daquelas pessoas que não são ouvidas, mas acima de tudo defino a minha decisão como coragem, ouço isso de tudo e de todos. Horas após eu ter sido anunciada como cabeça-de-lista recebi chuva de mensagens, ligações de várias pessoas, umas a amedrontarem e outras a aceitarem a minha coragem, então acho que tenho.

Seria este o momento de trazer mensagens de esperança e tirar as mulheres do anonimato?

– Sem dúvida, até já venho fazendo isso, mas o despertar que eu tenho agora e esta visão é que as mulheres também podem liderar, podem ocupar cargos de liderança, política, muita gente acha que precisa ser letrada para ser uma pessoa empoderada. Já temos mulheres fortes e empoderadas na nossa sociedade, temos mulheres que levantam outras mulheres, é algo que já está a ser falado, actividade que estão a ser feitas, mas nem todas fazem com aquela força de querer puxar. Alguns é só para aparecer para fazer bonito, mas eu estou neste momento em contacto com mulheres e eu ouço o dia a dia delas, sofrem até violência, mas não pararam. É sim o momento de levantar outras mulheres e não vou parar por aqui.

Quais foram as mudanças que marcaram a sua vida desde que decidiu abraçar uma cor partidária e se tornar cabeça de lista?

– Eu sou muito espontânea, tudo que penso que posso, eu faço. Uma simples publicação que fazia antes já não posso fazer, muitas pessoas vão às minhas redes sociais e deixam de seguir-me porque agora eu já tenho um rosto e este rosto é a Nova Democracia. Existem pessoas que vão às minhas redes sociais para criar várias opiniões, e até intrigas, mas ainda bem que nas nossas redes sociais podemos bloquear e apagar comentários.

Tudo que eu fazia antes agora tenho que pensar 10 vezes. Fiz uma publicação a apoiar o Doppaz porque ele é meu amigo, mas acordei bombardeada. Não fiz aquilo para ganhar *likes* e seguidores. As pessoas deixaram de ser humanas, deixaram de ter amizades só porque agora estão na política? Claro que não, eu mesmo sendo dirigente não vou deixar de usar as minhas redes sociais. Sou a brincalhona que anima as festas, danço não sei o que, mas infelizmente já não posso fazer porque não se sabe se alguém está a filmar e se vai ser usado para que fim.

Agora passo mais tempo dentro da minha casa do que fora, só saio se tiver que sair em actividades. Perdi 99,9% dos contratos. Sei que vou ter muitas pessoas no silêncio a fazer campanha por mim e não dar caras, tenho a classe artística e meus colegas da comunicação social, estarei a representar todos que fazem parte da minha história, do meu currículo, os munícipes e a cada casa que eu entrei sem pedir licença, eu quero o melhor para cada munícipe desta cidade.



Eleições autárquicas -2023: País terá mais de 53 municípios

15 de July, 2022EvidênciasLeave a Commenton Eleições autárquicas -2023: País terá mais de 53 municípios
O Ministério de Administração Estatal e Função Pública está a proceder com os estudos, já em fase avançado, para identificar os territórios que deverão ascender a categoria do município. A informação foi partilhada pela ministra do pelouro, Ana Comoana, que garantiu que o documento estará em breve na Assembleia da República. “O Governo encorajou-nos a [...]



Mandatária da Frelimo convoca reunião com Chefes das Missões Diplomáticas para falar das VI Eleições Autárquicas

21 de November, 2023 Duarte Siteo Leave a Comment on Mandatária da Frelimo convoca reunião com Chefes das Missões Diplomáticas para falar das VI Eleições Autárquicas

Os partidos da oposição, organizações da sociedade civil e comunidade internacional mostraram a sua indignação pela forma que foram conduzidas as VI Eleições Autárquicas. Quando se caminha a passos largos do anúncio da decisão do Conselho Constitucional (CC), a ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo, por sinal mandatária nacional da Frelimo, decidiu [...]